



CERTIFICADO DE AUDITORIA

Considerando as Contas de Governo do Poder Executivo do Município de São Gonçalo, referente ao exercício de 2024, estão constituídas dos respectivos Balanços Gerais do Município e das demonstrações técnicas de natureza contábil, foram elaboradas com observância às disposições legais pertinentes;

Considerando que os gastos na manutenção e desenvolvimento do ensino atenderam ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal, bem como houve o cumprimento dos artigos 21 e 22 da Lei Federal nº 11.494/07 em relação às despesas com o FUNDEB;

Considerando que não foram consideradas em exercícios anteriores as DEAs empenhadas, liquidadas e pagas computadas na Função 12 – Educação, por subfunção, na fonte de recursos Impostos e Transferência de Impostos, que tais despesas atenderam aos critérios previstos no art. 37 da Lei 4.320/64, bem como atenderam os critérios estabelecidos pelo art. 70 da LDB;

Considerando que a despesa total com pessoal encontra-se de acordo com o limite estabelecido no art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

Considerando o cumprimento do Limite para Abertura de Créditos Adicionais estabelecidos na LOA, (inciso I , do artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/64);

Considerando o cumprimento da aplicação dos recursos dos Royalties (artigo 8º da Lei Federal n 7.990/89, alterada pela Lei Federal nº 10.195/01 , Lei Federal nº e Lei Federal 13.885/19);

Considerando a observância aos limites da Dívida Pública do Município aos termos previstos nas resoluções nºs 40/01 e 43/01 do Senado Federal;

Considerando a aplicação com recursos próprios, com ações e serviços públicos de saúde cumpriram o limite estabelecido no art. 7º da Lei Complementar 141/12;

Considerando que o Poder Executivo do Município cumpriu o previsto no art. 29-A da Constituição Federal;



Considerando que foram examinados, quanto à legitimidade e legalidade, aos atos e demais documentos que integram a Prestação de Contas de Governo do Município de São Gonçalo, no período de 01.01.2024 à 31.12.2024.

Nosso exame foi realizado consoante normas de auditoria aplicáveis ao caso, na extensão que julgamos necessárias.

Com relação as ressalvas apontadas no Relatório do Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo, as medidas adotadas para alertar a Administração Municipal quanto às providências a serem implementadas para a melhoria da gestão governamental foram:

Ressalva nº1 – O município não cumpriu as metas estabelecidas de Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Consolidada Líquida estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, desrespeitando a exigência do inciso I do art. 59 da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Determinação nº 1 – Aprimorar o planejamento, de forma a cumprir as metas previstas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em face do que estabelece o inciso I do artigo 59 da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Ressalva 2 – O Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, do Regime Próprio de Previdência Social do Município foi emitido com base em decisão judicial, tendo em vista a não comprovação do cumprimento de critérios e exigências estabelecidos na Lei n.º 9.717/98.

Determinação nº 2 - Providenciar a regularização dos critérios e exigências estabelecidos na Lei Federal n.º 9.717/98 para fins de emissão do CRP administrativo (e não por via judicial), de modo que o município demonstre o efetivo cumprimento das normas gerais que lhes são aplicáveis.

Ressalva 3 – Ausência de equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, em desacordo com o art. 9º, §1º, da EC nº103/19 c/c a Lei Federal nº 9.717/98.

Determinação nº 3 – Promover o equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos nos termos do art. 9º, §1º, da EC nº103/19 c/c a Lei Federal nº 9.717/98, organizando seu regime próprio com base em normas de atuação que busquem o equacionamento do déficit apresentado.

Ressalva 4 – O município não cumpriu integralmente as determinações exaradas pela Corte de Contas, conforme informado no Relatório de Acompanhamento das Determinações (Modelo 8) da Deliberação nº 285/18.

Determinação 4 – Observar o fiel cumprimento das determinações exaradas pelo TCE-RJ.



Em nossa opinião, diante dos exames aplicados e consubstanciados no Relatório em anexo, consideramos **APROVADA COM RESSALVAS** a Prestação de Contas de Governo do Município de São Gonçalo, referente ao exercício de 2024, sob a responsabilidade do Sr. Nelson Ruas dos Santos.

Edson Pestana Vieira
Subsecretário de Controle Interno
Matr. 14.920

São Gonçalo, 14 de abril de 2025.

EDSON PESTANA VIEIRA

Subsecretário Municipal de Controle Interno

CRC: 108.947/O-7

ROBERTA FERNANDES DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Controle Interno

Matrícula 21.559
ROBERTA FERNANDES DE OLIVEIRA
Secretária Municipal
de Controle Interno
Matrícula: 21559